

Jumil / pensou plantio,
pensou Jumil



JUMIL - JUSTINO DE MORAIS IRMÃOS S/A

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2023**

Jumil / pensou plantio,
pensou Jumil

jumil.com.br

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanço patrimonial	11
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações de resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstrações dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Relatório da Administração

Apresentamos aos nossos acionistas e ao mercado o relatório da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Conjuntura

O ano de 2023 foi bastante desafiador para o Agronegócio e conseqüentemente para o setor de máquinas e implementos agrícolas.

A safra 2022/23 foi a maior da história para nossas duas principais *commodities*, com 154,6 milhões de toneladas de soja – crescimento de 23,2% em relação à safra anterior – e 131,9 milhões de toneladas de milho – crescimento de 16,6% no mesmo período. No consolidado foram 322,8 milhões de toneladas, 50,1 milhões de toneladas a mais que a safra 2021/22, crescimento de 18,4% (Fonte: Conab).

Por outro lado, foi uma safra realizada com custos de produção ainda elevados e, na medida em que a colheita recorde se consolidava, os gargalos logísticos e o *déficit* da capacidade de armazenagem fizeram com que os prêmios nos portos ficassem fortemente negativos, causando uma perda de renda de mais de R\$ 12 bilhões aos produtores no primeiro semestre de 2023 (Fonte: Cogo Inteligência).

Esses fatores conjunturais, somados a eventuais perdas de oportunidades de vendas a preços melhores em determinados momentos, reduziu a rentabilidade dos produtores e conseqüentemente elevou o seu nível de endividamento, resultando em menor capacidade e apetite para novos investimentos em máquinas e implementos agrícolas.

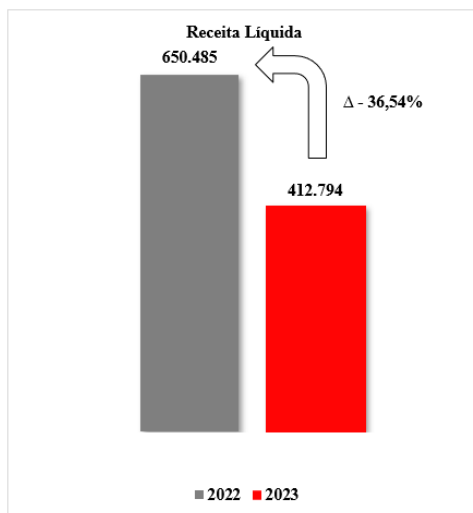
Finalmente, o setor de máquinas e implementos iniciou o ano de 2023 com nível elevado de estoque nas revendas e concessionárias em geral, estoque esse que em grande parte não encontrou demanda por parte dos produtores, seja pelo cenário adverso descrito, seja também pelas altas taxas de juros que ainda vigoraram em 2023, onde os recursos do Plano Safra não tiveram um ritmo de liberação adequado e a Selic só iniciou sua trajetória de queda em agosto, muito tarde para estimular os investimentos para a safra 2023/2024. Segundo dados da Abimaq, o setor encerrou 2023 com uma queda consolidada de 22% em relação ao ano anterior.

Não obstante esse contexto conturbado, a Jumil seguiu firme na condução da sua estratégia de foco em soluções para o plantio, ampliando sua presença nacional e internacional, fortalecendo parcerias comerciais, investindo em inovação e estando presente nas principais feiras e eventos do setor.

Aspectos econômicos e financeiros

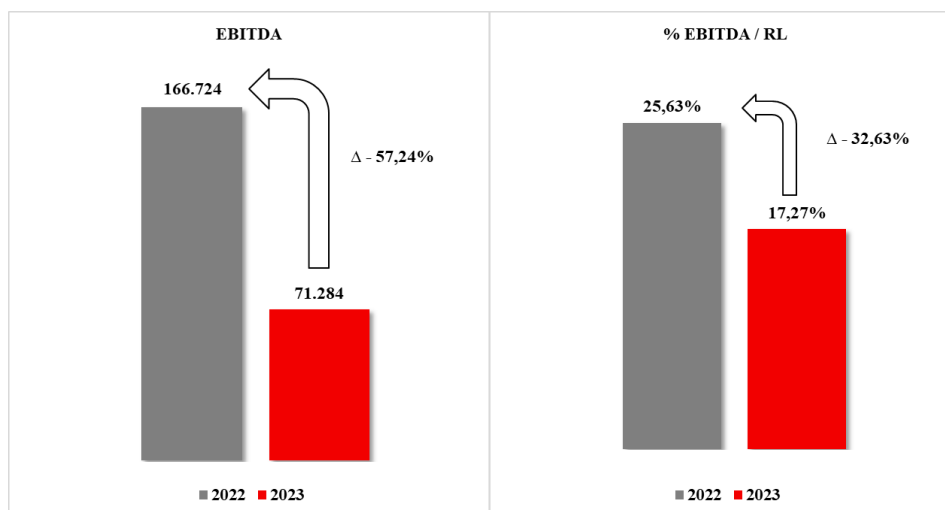
Receita

A receita operacional líquida (ROL) anual foi de R\$ 412.794 (-36,5% em relação a 2022, R\$ 650.485), sendo R\$ 195.873 (47,4%) no 1º semestre e R\$ 216.921 (52,5%) no 2º semestre. Em relação ao orçamento anual planejado, essa distribuição quase linear da receita nos dois semestres deveu-se menos a um bom volume de negócios no primeiro semestre e mais à queda no volume de negócios no segundo semestre, tendo frustrado o “pico” de produção previsto para os meses de agosto a outubro.



EBITDA

O EBITDA nominal foi de R\$ 71.284 (em 2022, R\$ 166.724) e a margem EBITDA foi de 17,27% (em 2022, 25,63%), representando um decréscimo nominal de R\$ 95.440 e uma queda de -32,63% na margem. Considerando que 2022 foi um ano de mercado excepcionalmente comprador e dado o cenário desafiador de 2023, entendemos que esta margem operacional é robusta e confirma a força do modelo de negócios da companhia em termos econômicos.



Geração de Caixa

Em 2023 houve um consumo de caixa R\$ (12.503), já em 2022, gerou caixa de R\$ 91.566), tendo este resultado devido à necessidade de concessão de prazos de pagamento maiores a uma parcela dos clientes, reflexo de uma menor disposição dos produtores em tomar crédito a juros de mercado vigentes no período.

Marcos estratégicos

Lei do Bem

Dada a geração de lucro líquido dos exercícios 2022 e 2023 e a recuperação das certidões negativas de débito em final de 2022, a empresa voltou a utilizar os benefícios fiscais à Inovação previstos na lei 11.196/2005 (Lei do Bem). O montante total de benefícios foi de R\$ 11.994, sendo R\$ 4.781 retroativos ao exercício 2022 e R\$ 7.213 referentes ao exercício 2023, representando uma contribuição expressiva para o lucro líquido do exercício.

Endividamento Financeiro

Não obstante à geração negativa de caixa em 2023, a empresa conseguiu honrar todos os seus compromissos financeiros contratados, tendo pago dívidas e captado novos empréstimos no montante de R\$ 72.033, resultando em um aumento da dívida financeira líquida em R\$ 36.978. O indicador Dívida Líquida / EBITDA encerrou o ano em 1,46x e o indicador de Liquidez Corrente encerrou em 1,60.

Recuperação de Impostos

A empresa segue focada nas recuperações de créditos de impostos indiretos. Em 2022 houve um importante incremento no número de fornecedores que aderiram ao Regime Especial do ICMS, perfazendo um total de R\$ 5.776 de impostos recuperados. No *front* da Portaria CAT 83, os trabalhos de conciliação da apuração e apropriação segue sendo homologados junto ao Fisco. O total de todos os impostos recuperados em 2023 foi de R\$ 6.365.

Inovação

Produtos – No ano de 2023 foram lançados, entre outros, dois novos produtos (TERRA T320 e EXPRESSA) que marcaram a entrada da Jumil em dois importantes segmentos de mercado: máquinas com largura de transporte de 3,20m e Caixa Central de Sementes. Os modelos lançados atenderão aos tratores de 225 a 340cv, que representam a grande maioria dos tratores disponíveis no mercado, abrindo portanto uma importante oportunidade para o ganho *share* em 2024. Outros dois lançamentos importantes foram a Carreta Distribuidora de Fertilizantes PRECISA 8M3 e o *face lift* Plantadora Adubadora JM3090/80, que passou a se chamar SUPERA.

Serviços – A Jumil Serviços se consolidou como processo estratégico para a fidelização do cliente e expandiu a sua atuação para o *retrofit* do pacote tecnológico embarcado, com a contratação de representantes de vendas específicos para essa finalidade. O próximo passo é aumentar a venda de serviços para máquinas fora do período de garantia.

Remodelagem dos Canais de Vendas

Em 2023 iniciamos um projeto estratégico de remodelagem e desenvolvimento dos canais de vendas, buscando fortalecer as parcerias comerciais e tornar os parceiros mais focados e estrategicamente alinhados com a companhia, buscando a venda de máquinas, peças e serviços, bem como treinamentos, *retrofit*, etc. Em outubro foi inaugurada a primeira Revenda Modelo em Rio Verde/GO, atuando exclusivamente com a Jumil. Em 2024 o projeto continuará e terá o seu escopo ampliado.

Comissão ESG

No que tange às iniciativas de sustentabilidade, em 2023 intensificamos os esforços na jornada ESG, com a criação de uma comissão interna dedicada a estudar, implementar e melhorar boas práticas nos pilares ambiental, social e de governança. Um diagnóstico inicial realizado por uma consultoria externa e um levantamento das práticas já existentes feito pela comissão interna nos mostrou que uma parte importante da jornada já foi percorrida e deve ser mantida e melhorada e amplamente divulgada. Por outro lado, pontos importantes ainda devem ser e serão desenvolvidos. Este trabalho culminou com a elaboração do primeiro relatório anual de sustentabilidade, disponibilizado juntamente com as demonstrações financeiras.

Perspectivas

Do ponto de vista da produção e renda, segundo a Conab a expectativa é que a safra 2023/24 seja inferior a 300 milhões de toneladas, uma queda estimada em pelo menos 6,5% em relação à safra 2022/23. Essa redução se deve principalmente aos problemas climáticos provocados pelo fenômeno El Niño, especialmente na região centro-oeste e no MATOPIBA, que atrasou o início das chuvas, tornando-as irregulares e mal distribuídas, acompanhadas de altas temperaturas, o que comprometeu a produção. Este cenário de menor produção deverá ser acompanhado por preços mais próximos da média histórica na Bolsa de Chicago, além da expectativa de um aumento na área plantada de soja nos Estados Unidos. Essa conjunção de fatores deve manter pressionada a rentabilidade dos produtores.

Do ponto de vista do investimento em máquinas e implementos, o ano de 2024 deverá ser tão ou mais desafiador que 2023, seja pela queda na renda dos produtores, seja pela taxa básica de juros (Selic) ainda elevada, tendo terminado ano de 2023 em 11,75% a.a. e devendo seguir um ritmo lento de quedas em 2024. A área plantada na safra 2023/24 tende a ficar estável em relação à safra anterior, o que significa que os investimentos serão prioritariamente de reposição e aumento da eficiência operacional, o que deve puxar a demanda pelos produtos de maior tecnologia embarcada.

Apesar deste cenário de grandes desafios, e também por causa dele, a companhia segue firme na condução da sua estratégia de foco em soluções para o plantio, ampliando sua presença nacional e internacional, fortalecendo parcerias comerciais, investindo em inovação e estando presente nas principais feiras e eventos do setor.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A.
Batatais -São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da receita dos produtos vendidos – Corte da receita

Veja as Notas explicativas nº 6.b e 25 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em virtude da diversificação da carteira de clientes da Companhia e a necessidade de que as receitas de vendas sejam reconhecidas, dentre outros requerimentos descritos na nota explicativa nº 6.b, a partir do momento em que a Companhia efetua a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias e que envolvem relevante controle logístico implementado pela Companhia para monitoramento das entregas de mercadorias que incluem a obtenção de evidências quanto aos respectivos aceites pelos clientes, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria tendo em vista que, são realizadas vendas de valores expressivo e, em decorrência da logística de entrega, pode haver um intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas e a efetiva transferência dos riscos e benefícios.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Teste documental de amostra representativa de notas fiscais e comprovantes de entrega, a fim de corroborar a aderência do relatório que demonstra as notas fiscais faturadas e não entregues no período. Tal relatório é base para o cálculo de estorno da receita;- Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar as receitas de vendas faturadas e não entregues no período contábil adequado;- Testes extensivos de corte de vendas, e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva entrega ocorridas durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; e- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos o valor contabilizado de receita como aceitável, no contexto das demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 28 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Daniel Marino de Toledo
Contador CRC 1SP249851/O-8

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	8	4.236	27.427	Fornecedores	17	14.477	8.464
Contas a receber de clientes	10	105.729	71.447	Empréstimos e financiamentos	18.a	57.498	24.517
Estoques	11	65.711	59.817	Debêntures	18.b	10.835	9.217
Adiantamentos a fornecedores		2.779	5.044	Salários e encargos sociais	19	6.866	8.151
Tributos a recuperar	12	3.661	4.470	Comissões a pagar		5.991	9.025
Ativos fiscais correntes	23.a	5.510	152	Tributos a recolher		930	2.139
Demais contas a receber		2.370	3.773	Passivos fiscais correntes	23.b	-	5.749
Total do ativo circulante		189.996	172.130	Parcelamentos e contribuições	19 (a)	6.517	10.900
Não circulante				Adiantamentos de clientes	20	1.200	5.141
Realizável a longo prazo				Provisões para garantias		1.392	1.956
Titulos e valores mobiliários	9	533	477	Dividendos e JCP a pagar	24 (b)	9.130	13.155
Tributos a recuperar	12	13.302	18.858	Outras contas a pagar	21	3.550	9.808
Empréstimos com partes relacionadas	13	6.992	11.081	Total do passivo circulante		118.386	108.222
Tributos diferidos	23.c	12.936	13.161	Não circulante			
Depósito Judiciais	22	2.191	49	Empréstimos e financiamentos	18.a	11.587	20.393
Demais contas a receber	13	2.337	1.852	Debêntures	18.b	28.660	40.667
Total do realizável a longo prazo		38.291	45.478	Provisões para contingências	22	3.152	1.043
Investimentos	14	75	70	Provisão para perda com investimentos	14	1.479	1.496
Outros investimentos		368	338	Parcelamentos e contribuições	19 (a)	19.653	22.935
Imobilizado	15	65.964	58.967	Outras contas a pagar	21	1.984	2.990
Intangível	16	5.564	5.279	Total do passivo não circulante		66.515	89.524
Total do ativo não circulante		110.262	110.132	Patrimônio líquido			
Total do ativo		300.258	282.262	Capital Social	24	36.200	36.194
				Reserva legal		5.058	3.029
				Ações em tesouraria		-	6
				Ajuste de avaliação patrimonial		2.028	2.123
				Reservas de lucros		72.071	43.164
				Total do patrimônio líquido		115.357	84.516
				Total do passivo		184.901	197.746
				Total do passivo e patrimônio líquido		300.258	282.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Receitas líquidas de vendas e serviços prestados	25	412.794	650.485
Custo das vendas e serviços	26	<u>(257.755)</u>	<u>(383.978)</u>
Lucro bruto		155.039	266.507
Despesas gerais e administrativas	27	(34.609)	(28.766)
Despesas com vendas	27	(57.738)	(79.379)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	<u>1.645</u>	<u>2.049</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>64.337</u>	<u>160.411</u>
Receitas financeiras	29	7.539	6.094
Despesas financeiras	30	<u>(29.568)</u>	<u>(47.762)</u>
Resultado financeiro		<u>(22.029)</u>	<u>(41.668)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>22</u>	<u>(60)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>42.330</u>	<u>118.683</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	23	(1.627)	(28.860)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	<u>(226)</u>	<u>(11.290)</u>
		<u>(1.853)</u>	<u>(40.150)</u>
Resultado do exercício		<u><u>40.477</u></u>	<u><u>78.533</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	40.477	78.533
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>40.477</u></u>	<u><u>78.533</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022***Em milhares de reais*

	Nota	Capital social	Reserva Legal	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021		<u>36.194</u>	<u>-</u>	<u>6</u>	<u>2.218</u>	<u>-</u>	<u>(18.047)</u>	<u>20.371</u>
Realização da reserva de reavaliação	24 a)	-	-	-	(95)	-	95	-
Juros sobre o capital próprio	24 b)	-	-	-	-	-	(1.233)	(1.233)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	78.533	78.533
Constituição de reserva legal	24 c)	-	3.029	-	-	-	(3.029)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	24 b)	-	-	-	-	-	(13.155)	(13.155)
Constituição reservas de lucros		-	-	-	-	43.164	(43.164)	-
Em 31 de dezembro de 2022		<u>36.194</u>	<u>3.029</u>	<u>6</u>	<u>2.123</u>	<u>43.164</u>	<u>-</u>	<u>84.516</u>
Realização da reserva de reavaliação	24 c)	-	-	-	(95)	-	95	-
Juros sobre o capital próprio	24 b)	-	-	-	-	-	(5.811)	(5.811)
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	40.477	40.477
Venda de Ações em Tesouraria	24 a)	6	-	(6)	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	24 b)	-	2.029	-	-	-	(2.029)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	24 b)	-	-	-	-	-	(3.825)	(3.825)
Constituição reserva de lucros		-	-	-	-	28.907	(28.907)	-
Em 31 de dezembro de 2023		<u>36.200</u>	<u>5.058</u>	<u>-</u>	<u>2.028</u>	<u>72.071</u>	<u>-</u>	<u>115.357</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Morais, Irmãos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		42.330	118.683
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	15/16	6.947	6.313
Perdas por redução ao valor recuperável de clientes	10	1.422	(1.896)
Provisão de juros fornecedores em atraso	17	74	480
Ajuste a valor presente	10	2.001	1.032
Constituição de provisão para garantias		(564)	571
Constituição de provisão para contingências	22	2.109	564
Provisão (reversão) para perdas em estoques	11	904	49
Resultado de equivalência patrimonial		(22)	60
Resultado na venda de imobilizado	15	(247)	(563)
Juros apropriados - Empréstimos e Financiamentos	18.a	9.637	21.904
Juros apropriados - Debêntures	18.b	7.082	8.329
		71.673	155.526
Variações no capital circulante:			
Contas a receber de clientes	10	(37.332)	(14.582)
Estoques	11	(6.798)	(4.341)
Adiantamento a fornecedores		2.265	(1.032)
Tributos a recuperar	12	6.365	16.512
Outros recebíveis		(1.224)	(1.158)
Fornecedores	17	5.566	(16.315)
Salários, encargos sociais e parcelamentos de encargos sociais	19	(8.950)	18.399
Adiantamento de clientes	20	(3.941)	(5.039)
Outras obrigações		(11.507)	10.421
Caixa gerado pelas atividades operacionais		16.117	158.391
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.734)	(34.742)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	18.a	(8.422)	(23.920)
Juros pagos sobre debêntures	18.b	(7.464)	(8.163)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais		(12.503)	91.566
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado	15	(12.056)	(10.390)
Aquisições de ativo intangível	16	(2.213)	(558)
Recebimento (aplicação) de títulos e valores mobiliários	9	(56)	541
Aumento de outros investimentos		(73)	(28)
Recebimento pela venda de imobilizado		329	917
Empréstimos parte relacionadas	18	4.089	(4.189)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(9.980)	(13.707)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Obtenção de empréstimos	18.a	72.033	441.019
Pagamento de empréstimos	18.a	(49.055)	(484.983)
Pagamento de debêntures	18.b	(10.007)	(11.307)
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas	18.a	(18)	(274)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(13.661)	(1.382)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		(708)	(56.927)
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	8	(23.191)	20.932
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	27.427	6.494
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		4.236	27.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Jumil – Justino de Moraes, Irmãos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Moacyr Dias de Moraes, nº 1043, bairro Riachuelo, na cidade de Batatais - SP, constituída em 1936, que tem como objetivo fornecer equipamentos agrícolas de plantio, peças de reposição, serviços de assistência técnica correlacionados e fundidos de metais ferrosos. A Companhia é genuinamente brasileira e figura como uma das principais fabricantes de equipamentos agrícolas do país.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 28 de março de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente:

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 11** - mensuração da provisão para perdas em estoque;
- **Nota explicativa nº 15 e 16** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa nº 22** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 23** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas nesta Nota Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

a. Moeda estrangeira

(i) *Transações em moeda estrangeira*

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

(i) *Venda de bens – equipamentos agrícolas e peças fundidas para terceiros*

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Companhia determinou que, para o equipamento produzido sob encomenda, o cliente controla todos os trabalhos em andamento à medida que os produtos são fabricados. Isso ocorre porque, de acordo com esses contratos, os equipamentos são feitos de acordo com as especificações do cliente e, se um contrato for rescindido pelo cliente, a Companhia terá direito ao reembolso dos custos incorridos até a data, incluindo uma margem razoável. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais.

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que há o faturamento de produtos conforme pedidos devidamente aprovados pela diretoria comercial, transmitidos pelos clientes, distribuidores e representantes.

(ii) Venda de bens – peças de reposição e acessórios

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no pedido com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Tendo em vista o volume e pulverização das suas vendas e a relevância do respectivo valor registrado em suas demonstrações financeiras, a Companhia ao final do ano controla a confirmação da entrega dos produtos para o registro contábil dessas receitas no correto período de competência. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da Administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Descontos concedidos e descontos obtidos;
- Variações cambiais ativas e passivas;
- Tarifas bancárias;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- Juros e atualizações sobre outros ativos e passivos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros

resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos, de acordo com o CPC 32 “Tributos Diferidos” o passivo diferido será reconhecido quando for provável a liquidação do valor contábil do ativo que tornará futuros pagamentos de tributos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Investimentos

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora as informações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

A administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação. A Companhia possui o controle nas investidas, porém sua posição patrimonial e financeira não é relevante para fins de consolidação.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado nas vidas úteis dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis dos itens de imobilizado, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	10 a 60
Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 a 60
Instalações industriais	5 a 60
Veículos e equipamentos de transporte	10 a 25
Móveis e utensílios	5 a 60
Processamento de dados	5 a 15

h. Ativos intangíveis

Reconhecimento e Mensuração

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A partir de janeiro de 2014 a Companhia passou a capitalizar os custos com novos projetos para desenvolvimento e inovação (PD&I). Esses projetos são capitalizados pelos gastos despendidos na fase de desenvolvimento do produto. Os custos dos projetos são amortizados durante a vida útil de geração de benefício futuro do projeto, analisado pelo departamento de engenharia. Caso ocorra a descontinuidade do projeto, os gastos capitalizados são integralmente baixados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 a 15 anos
Desenvolvimento e inovação	10 anos

i. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

resultado (VJR)

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. *Capital social*

(i) *Ações ordinárias*

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(ii) *Ações preferenciais*

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido.

Nos termos do estatuto social as ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, serão atribuídas as seguintes vantagens: i) prioridade na distribuição do dividendo, fixo ou mínimo, de 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e ii) em prioridade no reembolso do capital; com prêmio ou sem ele.

k. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos financeiros não-derivativos*

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as

insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são calculadas por uma taxa média, dos valores recebidos de acordo com a idade dos títulos dos últimos 5 anos.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de, após cobranças amigáveis sem êxito enviar os títulos para cobrança externa e baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro for considerado incobrável e esgotarem todas as possibilidades de recebimento. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados como passivo não circulante.

o. Resultado abrangente

Nos exercícios de 2023 e 2022, a Companhia não realizou operações qualificáveis para apresentação das demonstrações do resultado abrangente, porém a Companhia está apresentando a referida demonstração.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na Nota 18, a Companhia possui empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que a Companhia liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais. A Companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

c. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixas e bancos	2.399	7.118
Certificados de Depósito Bancário – CDB	<u>1.837</u>	<u>20.309</u>
	<u>4.236</u>	<u>27.427</u>

Os montantes aplicados em CDB e fundos DI possuem liquidez abaixo de 90 dias e sem risco de alteração significativa de mudança de valor e são remunerados a uma taxa média próxima a CDI - Certificado de Depósito Interbancário de aproximadamente 100% do CDI.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

9 Títulos e valores mobiliários

	2023	2022
Aplicação financeira	<u>533</u>	<u>477</u>

Os títulos de capitalização são remunerados a uma taxa média próxima ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário de aproximadamente 100% do CDI.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na nota explicativa nº 31.

10 Contas a receber de clientes

	2023	2022
Contas a receber de clientes mercado interno	91.656	58.317
Contas a receber de clientes mercado externo	16.635	14.270
Perdas por redução ao valor recuperável de clientes	<u>(2.562)</u>	<u>(1.140)</u>
	<u>105.729</u>	<u>71.447</u>

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou uma perda de recebimento de créditos incobráveis no valor de R\$ 108 (R\$2.830 em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia efetuou o cálculo do ajuste a valor presente no valor de R\$ 2.798 (R\$ 1.170 em 2022) sobre os saldos a vencer de contas a receber, considerando a taxa de desconto que representa o custo de capital.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionados a contas a receber de clientes e a outras contas, são divulgadas na nota explicativa nº 31.

11 Estoques

	2023	2022
Produtos acabados	18.771	7.690
Materiais diretos de fabricação	18.516	19.639
Produtos em elaboração	29.832	32.994
Materiais indiretos de fabricação	926	962
Embalagens e outros	134	96
Provisão para perdas em estoques (i)	<u>(2.468)</u>	<u>(1.564)</u>
	<u>65.711</u>	<u>59.817</u>

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

- (i) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações financeiras.

A movimentação da provisão de perdas é como segue:

	2023	2022
Saldo no início do exercício	(1.564)	(1.515)
Adições	(1.152)	(653)
Reversões	<u>248</u>	<u>604</u>
Saldo no final do exercício	<u>(2.468)</u>	<u>(1.564)</u>

12 Tributos a recuperar

	2023	2022
ICMS sobre compras de insumos (i)	14.669	20.445
IPI sobre compras (ii)	1.090	1.692
ICMS sobre compras de imobilizado	1.027	889
PIS e COFINS a recuperar	-	52
Outros impostos a recuperar	<u>177</u>	<u>250</u>
	<u>16.963</u>	<u>23.328</u>
No ativo circulante	<u>(3.661)</u>	<u>(4.470)</u>
No ativo não circulante	<u>13.302</u>	<u>18.858</u>

- (ii) Referem-se a créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, apurados em aquisições de insumos para produção e acumulados face à desoneração das vendas de máquinas e implementos agrícolas. A Companhia poderá compensar esses créditos ou ressarcir-los mediante o enquadramento aos requisitos da portaria CAT 83/2009 da Secretaria da Fazenda do Governo do Estado de São Paulo. Em agosto de 2019, a Companhia se enquadrou aos requisitos exigidos pela referida portaria e, de acordo com as expectativas da própria administração, nenhuma provisão se faz necessária.

Deste montante, temos alguns arquivos referentes ao período de outubro/2017 a dezembro/2018 elaborados na sistemática de custeio (nos termos da Portaria CAT 83/2009), que estão em análise na SEFAZ/SP e que totalizam cerca de R\$ 291.

A elaboração e a entrega dos arquivos digitais, conforme a Portaria CAT 83/2009, estão em andamento e o restante aproximado de R\$ 14,4 milhões serão compensados ou ressarcidos no decorrer da entrega dos arquivos digitais, referentes ao período Janeiro/2019 em diante.

- (iii) A Companhia efetua pedidos de ressarcimento dos saldos de IPI trimestralmente. Em 2023, já foram efetuados pedidos de Ressarcimento de IPI em janeiro, abril, julho e outubro, esses pedidos estão sendo compensados com outros tributos federais.

a. Recuperação de Impostos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou a recuperação de créditos de impostos indiretos no montante de R\$ 6.365 ocasionando uma importante redução da necessidade de capital de giro, com conseqüente elevação do fluxo de caixa operacional.

13 Partes relacionadas

Controlador final

Os controladores finais são o, Fabricio Rosa de Moraes com 22,00%, FRM e Filhos Participações LTDA com 22,48% e Patrícia R. M. Crivelenti com 44,49% de participação.

Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração, que inclui salários e encargos da diretoria, foi de R\$ 1.670 (R\$ 1.261 em 2022).

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com Companhias controladas:

Ativo não circulante	2023	2022
Fabício Rosa de Moraes (i)	5.730	7.246
Fabício Rosa Moraes e Patricia Rosa Moraes Crivelenti (i)	<u>1.262</u>	<u>3.835</u>
	<u>6.992</u>	<u>11.081</u>
Passivo não circulante (Nota explicativa nº 18)	2023	2022
José Carlos Rodrigues (ii)	1.437	1.454
Patricia Rosa Moraes Crivelenti (ii)	<u>734</u>	<u>699</u>
	<u>2.171</u>	<u>2.153</u>

- (i) Refere-se a mútuos financeiros corrigidos pela TR - taxa referencial, com vencimento em 31 de dezembro de 2025.
- (ii) Refere-se a mútuos financeiros passivo, sem incidência de juros, com vencimento em 31 de dezembro de 2025.

Jumil Transportes e Comércio Ltda.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava saldo a receber da Jumil Transportes e Comércio Ltda. de R\$ 2.337 (R\$ 1.852 em 2022), contabilizados na rubrica de demais contas a receber.

14 Investimentos e provisão para perda com investimentos

a. Informações sobre investimentos

	Quantidade de ações possuídas	Percentual de participação direta	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total de ativos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total de passivos	Patrimônio líquido	Total de receitas	Total de despesas	Prejuízo do exercício
Em 31 de dezembro de 2023												
Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)	343.483	99,91	1.221	27	1.248	2.485	-	2.485	(1.237)	938	(921)	17
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV (ii)	2.850	95,00	106	5	111	36	-	36	75	5	-	5
Em 31 de dezembro de 2022												
Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)	343.483	99,91	764	95	859	2.355	-	2.355	(1.496)	880	(938)	(58)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV (ii)	2.850	95,00	99	5	104	33	-	33	70	(2)	-	(2)

b. Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Jumil Transporte e Comércio Ltda.(i)	(1.496)	17	(1.479)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV(ii)	70	5	75
	<u>(1.426)</u>	<u>22</u>	<u>(1.404)</u>
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	Resultado de equivalência patrimonial	Saldos em 31 de dezembro de 2022
Jumil Transporte e Comércio Ltda.(i)	(1.437)	(58)	(1.496)
Jumil México Impl.Agrícolas, S De R.L. De CV(ii)	72	(2)	70
	<u>(1.365)</u>	<u>(60)</u>	<u>(1.426)</u>

- (i) A controlada Jumil Transporte e Comércio Ltda. foi fundada em 1980, e presta serviços de transportes exclusivamente para a JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.
- (ii) O investimento na controlada Jumil México Impl. Agrícolas, S De R. L. De CV a diretoria está avaliando a possibilidade de voltar suas atividades em 2024.

15 Imobilizado

	Terrenos	Obras em andamento	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos ferramentas	Instalações industriais	Veículos e equipamentos de transporte	Moldes, móveis e utensílios	Processamento de dados	Equipamentos em montagem	Total
Em 31 de dezembro de 2021										
Custo total	1.517	97	45.374	43.461	3.263	3.624	10.196	2.528	66	110.126
Depreciação acumulada	-	-	(14.907)	(27.964)	(2.161)	(3.044)	(6.436)	(2.368)	-	(56.880)
Saldo contábil, líquido	1.517	97	30.467	15.497	1.102	580	3.760	160	66	53.246
Em 1º de janeiro de 2022	1.517	97	30.467	15.497	1.102	580	3.760	160	66	53.246
Aquisições	-	75	79	6.907	286	718	1.192	240	892	10.390
Alienações/baixas	-	-	-	(46)	-	(639)	-	(5)	(13)	(703)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa da depreciação	-	-	-	32	-	313	-	4	-	349
Depreciação no exercício	-	-	(824)	(2.397)	(226)	(81)	(725)	(62)	-	(4.315)
Saldo contábil, líquido	1.517	172	29.722	19.993	1.162	891	4.227	337	945	58.967
Em 31 de dezembro de 2022										
Custo total	1.517	172	45.454	50.322	3.549	3.704	11.387	2.763	945	119.813
Depreciação acumulada	-	-	(15.732)	(30.329)	(2.387)	(2.813)	(7.160)	(2.426)	-	(60.846)
Saldo contábil, líquido	1.517	172	29.722	19.993	1.162	891	4.227	337	945	58.967
Em 1º de janeiro de 2023	1.517	172	29.722	19.993	1.162	891	4.227	337	945	58.967
Aquisições	-	1.292	28	6.283	234	581	2.918	356	364	12.056
Alienações/baixas	-	-	-	(57)	-	(300)	(11)	(16)	(3)	(387)
Transferências	-	(1.173)	1.173	808	-	-	-	-	(808)	-
Baixa da depreciação	-	-	-	54	-	281	11	11	-	356
Depreciação no exercício	-	-	(832)	(2.679)	(246)	(235)	(923)	(113)	-	(5.028)
Saldo contábil, líquido	1.517	291	30.091	24.402	1.150	1.218	6.222	575	498	65.694
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo total	1.517	291	46.655	57.356	3.783	3.985	14.294	3.103	498	131.482
Depreciação acumulada	-	-	(16.564)	(32.954)	(2.633)	(2.767)	(8.072)	(2.528)	-	(65.518)
Saldo contábil, líquido	1.517	291	30.091	24.402	1.150	1.218	6.222	575	498	65.964

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$ 31.343 (R\$ 22.238 em 31 de dezembro de 2022) do ativo imobilizado da Companhia corresponde a máquinas e equipamentos e edificações que foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários junto às instituições financeiras.

16 Intangível

	<i>Software</i>	Desenvolvimento e inovação	Total
Em 31 de dezembro de 2021			
Custo total	6.430	9.029	15.459
Amortização acumulada	(4.088)	(4.652)	(8.740)
Saldo contábil, líquido	2.342	4.377	6.719
Em 1º de janeiro de 2022			
Adições	558	-	558
Amortização	(1.127)	(871)	(1.998)
Saldo contábil, líquido	1.773	3.505	5.279
Em 31 de dezembro de 2022			
Custo total	6.989	9.028	16.017
Amortização acumulada	(5.215)	(5.523)	(10.738)
Saldo contábil, líquido	1.773	3.505	5.279
Em 1º de janeiro de 2023			
Adições	2.213	-	2.213
Alienação/Baixa do custo	(3.306)	(2.091)	(5.397)
Alienação/Baixa da amortização	3.297	2.091	5.388
Amortização	(991)	(928)	(1.919)
Saldo contábil, líquido	2.986	2.578	5.564
Em 31 de dezembro de 2023			
Custo total	5.895	6.937	12.832
Amortização acumulada	(2.909)	(4.359)	(7.268)
Saldo contábil, líquido	2.986	2.578	5.564

Os principais projetos de novos produtos desenvolvidos (iniciados e/ou concluídos) em 2023 foram: 1) Plantadora Transportável CCS 19 a 33 linhas EXPRESSA; 2) Plantadora Adubadora Transportável CCS 15 a 35 linhas TERRA T320; 3) Plantadora Adubadora Intercalar/SS ANTECIPE 05 linhas 900 mm; 4) Plantadora Adubadora para exportação 04 a 08 linhas arrasto GLOBAL; 5) Controlador de taxa fixa de adubo e sementes por motores elétricos EASYTECH ELECTRIC, expansão para até 36 linhas e unidade geradora de energia; 6) Embreagem de corte linha-a-linha de baixo custo para distribuidor pneumático EXACTA, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, no modelo Embrapii; 7) Plantadora Adubadora JM

3090/80 SUPERA; 8) Carreta distrib. fertilizantes PRECISA 8M3; 9) Plantadora Adubadora Agilize 15L c/ transporte e articulação central; 10) Controlador Expressa (eletrônico); 11) Plantadora Terra 49L CCS; 12) Plantadora Terra 49L CCS e Adubo Linear; 13) Plantadora/Semeadora Adubadora Regenera; 14) Distribuidor de Sementes Exacta; 15) Plantadora Adubadora Transportável CCS 41L Expressa.

Perda (“impairment”) do ativo intangível

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis poderiam estar acima do valor recuperável.

17 Fornecedores

	2023	2022
Matéria-prima	8.299	4.681
Serviços	5.070	2.869
Energia elétrica	3	229
Matérias uso e consumo	156	65
Transporte	427	233
Manutenção	364	150
Aquisição de materiais para obras em andamento	11	16
Provisão de juros fornecedores em atraso	147	221
	<u>14.477</u>	<u>8.464</u>

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de moeda e de liquidez relacionados a fornecedores encontram-se divulgados na nota explicativa nº 31.

18 Empréstimos e financiamentos e Debêntures

18.a Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 31 divulga informações adicionais em relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda e liquidez.

Modalidade	Taxa	2023	2022
Capital de giro	2,80% a 5,50% a.a + CDI	24.006	36.329
Capital Fixo	3,59% a 3,79% a.a	1.277	4.789
Capital Fixo - Pré	2,92% a 15,00% a.a	1.310	921
FINAME	2,50% a 9,50% a.a	19	232
Duplicatas descontadas	31,53% a 36,61% a.a	-	224
ACC - Moeda estrangeira	7,90% a 8,50% a.a + variação cambial	40.302	262
Empréstimos com partes relacionadas (Nota explicativa nº 13)	TR	2.171	2.153
		<u>69.085</u>	<u>44.910</u>
No passivo circulante		<u>(57.498)</u>	<u>(24.517)</u>
No passivo não circulante		<u>11.587</u>	<u>20.393</u>

Os empréstimos e financiamentos possuem o seguinte cronograma de vencimentos:

	2023	2022
Até doze meses	57.498	24.517
Um a três anos	11.293	17.250
Quatro a cinco anos	294	2.852
Seis a sete anos	-	291
	<u>69.085</u>	<u>44.910</u>

As operações referentes ao FINAME são garantidas pela alienação fiduciária dos bens financiados e as demais operações são garantidas por aval dos acionistas, penhor mercantil e duplicadas a receber.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia aproxima-se do seu valor justo.

Covenants

A Companhia possui algumas obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos e financiamentos:

	<u>Empréstimos e financiamentos</u>	
	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	44.910	91.163
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(49.055)	(484.983)
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(18)	(274)
Captação de empréstimos	72.033	441.019
	<u>22.960</u>	<u>(44.238)</u>
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento		
Outras variações		
Provisão de juros	9.637	21.904
Pagamento de juros empréstimos	(8.422)	(23.920)
	<u>1.215</u>	<u>(2.016)</u>
Total de outras variações		
Saldo em 31 de dezembro	<u>69.085</u>	<u>44.910</u>

18.b Debêntures

Modalidade	Taxa	2023	2022
Debêntures	3,55% a.a + CDI	39.495	49.884
No passivo circulante		<u>(10.835)</u>	<u>(9.217)</u>
No passivo não circulante		<u>28.660</u>	<u>40.667</u>

As debêntures possuem o seguinte cronograma de vencimentos:

	2023	2022
Até doze meses	10.835	9.217
Dois a três anos	28.660	16.015
Quatro a cinco anos	-	24.652
	39.495	49.884

Em abril de 2015, a Companhia efetuou a primeira emissão de debêntures simples, nos termos do artigo 52 e seguintes da Lei das S/A. As referidas debêntures não são conversíveis em ações e são da espécie com garantia fidejussória adicional, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Foram emitidas 100 (cem) debêntures, divididas em duas séries, sendo 60 (sessenta) debêntures da primeira série e 40 (quarenta) da segunda série. O valor total da emissão de R\$ 100.000 tem seu vencimento final em 07 de maio de 2021. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

A referida emissão se destinou à gestão ordinária dos negócios da Companhia, notadamente para o pagamento da dívida existente de curto prazo, incluindo o pagamento antecipado dos contratos financeiros existentes de capital de giro.

No entanto, o saldo devedor de R\$ 39.495 foi negociado um alongamento, em mais cinco anos, até 08 de novembro de 2026, com pagamentos trimestrais, lineares de principal e juros. O total das garantias, considerado a reavaliação do imóvel particular rural hipotecado, aproxima-se de R\$ 100.000.

No período de 2023, foram pagos principal e juros no montante de R\$ 17.471 (R\$ 19.470 em 2022) restando um saldo em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 39.495 (R\$ 49.884 em 2022).

Covenants

A Companhia possui algumas obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos e financiamentos:

	Debêntures	
	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	49.884	61.026
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de debêntures	(10.007)	(11.307)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(10.007)	(11.307)
Outras variações		
Provisão de juros debêntures	7.082	8.239
Pagamento de juros debêntures	(7.464)	(8.163)
Total de outras variações	(382)	166
Saldo em 31 de dezembro	39.495	49.884

19 Salários e encargos sociais

	2023	2022
Salários e encargos sociais a pagar	3.091	3.300
Provisão de férias e encargos sobre férias	<u>3.775</u>	<u>4.851</u>
	<u><u>6.866</u></u>	<u><u>8.151</u></u>

O saldo em 31 de dezembro de 2023 de salários e encargos sociais a pagar, compreende substancialmente de salários e ordenados a funcionários e as contribuições ordinárias de INSS e FGTS do mês corrente.

(a) Parcelamentos e contribuições

Em 2022 a Companhia realizou o parcelamento do IRPJ/CSLL, desta forma os valores foram reclassificados novamente para a rubrica de parcelamentos de contribuições em circulante e não circulante e o parcelamento do INSS a Companhia realizou a adesão ao programa do Governo Federal do quita PGFN, realizando a amortização de 70% do saldo devedor com o prejuízos fiscais, cujo ativo diferido foi de R\$ 15.314 e saldo residual em seis parcelas onde já foram pagas duas parcelas em 2022 e o restante para 2023. Estes impostos estão sendo corrigidos de acordo com a legislação vigente.

	2023	2022
Parcelamento INSS (a)	79	4.526
Parcelamento FGTS (a)	4.563	4.710
Parcelamento IRPJ/CSLL (a)	<u>21.528</u>	<u>24.599</u>
	<u><u>26.170</u></u>	<u><u>33.835</u></u>
No passivo circulante	6.517	10.900
No passivo não circulante	<u>19.653</u>	<u>22.935</u>

20 Adiantamentos de clientes

O saldo de adiantamentos de clientes no montante total de R\$ 1.200 (R\$ 5.141 em 2022) está composto, predominantemente de adiantamentos no montante de R\$ 218 (R\$ 4.890 em 2022), de parcelas antecipadas por conta de produtos a serem faturados no prazo de até 60 (sessenta) dias.

21 Outras contas a pagar

	2023	2022
Faturamento antecipado para entrega futura	218	4.890
Carolina Luiza Pippa Tomazella Moraes (ii)	2.461	2.804
Provisões diversas (i)	1.872	4.168
Cabemil	151	60
Rescisão contratual de representante comercial autônomo	33	61
Compra de ações a pagar	50	50
Serviços contratados	36	28
Outros	<u>713</u>	<u>737</u>
	<u><u>5.534</u></u>	<u><u>12.798</u></u>
No passivo circulante	<u>(3.550)</u>	<u>(9.808)</u>
No passivo não circulante	1.984	2.990

- (i) Referem-se, substancialmente, a provisão para participação nos lucros da diretoria e dos funcionários referente a exercícios anteriores e outros indicadores de *performance* que não exclusivamente lucros.
- (ii) Foi realizado em 14 de agosto 2021 a doação de todo seu crédito de aval do Sr. Rubens Dias de Moraes para Carolina Luiza Pippa Tomazella Moraes conforme instrumento particular de doação.

22 Provisão para contingências

	2023	2022
Em 1º de janeiro	1.043	479
Estornos de provisões no exercício	(582)	(383)
Adições de provisões no exercício	2.691	947
Em 31 de dezembro	3.152	1.043

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava provisão decorrente de pagamentos de comissões de vendas a pessoas jurídicas prestadoras de serviços no valor de R\$ 956 (R\$ 969 em 2022).

As provisões para contingências referem-se, substancialmente, a processos de natureza trabalhista e cível no valor de R\$ 2.196 (R\$ 74 em 2022).

A Companhia tem ações de natureza tributária, trabalhista e cíveis que envolvem riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída no valor de R\$ 274 (R\$ 1.324 em 2022).

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo de depósitos judiciais totalizava R\$ 2.191 (R\$ 49 em 31 de dezembro de 2022), referente a depósitos judiciais de natureza trabalhistas, cíveis e tributários.

23 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Ativos fiscais correntes

Abaixo estão demonstrados os saldos de ativos fiscais correntes antecipados na data base:

	2023	2022
IRPJ - Imposto de renda da pessoa Jurídica - Corrente	3.849	152
CSLL - Contribuição sobre o lucro líquido - Corrente	1.661	-
	5.510	152

b. Passivos fiscais correntes

Abaixo estão demonstrados os saldos de passivos fiscais correntes na data base:

	2023	2022
IRPJ - Imposto de renda da pessoa Jurídica - Corrente	-	5.475
CSLL - Contribuição sobre o lucro líquido - Corrente	-	274
	-	5.749

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Ativo		Passivo		Utilização de créditos tributários (quitaPGFN) (*)		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	12.993	10.396	-	-	-	(15.314)	433	(11.651)
Provisão para perda em estoque	839	532	-	-	-	-	307	17
Ajuste a valor presente	825	333	-	-	-	-	491	340
Provisão para contingências	1.072	355	-	-	-	-	717	192
Provisão para garantias	473	665	-	-	-	-	(192)	194
Provisões para comissões dos representantes comerciais	2.037	3.069	-	-	-	-	(1.032)	760
Provisão por redução ao valor recuperável de clientes	871	387	-	-	-	-	484	(645)
Variação cambial passiva a realizar	(31)	(135)	-	-	-	-	104	102
Provisão para pagamento P.L.R.	636	1.417	-	-	-	-	(781)	691
Outras	(299)	(291)	-	-	-	-	(6)	(278)
Reserva de reavaliação de imobilizado	-	-	(1.045)	(1.094)	-	-	49	49
Depreciação - diferença entre a depreciação econômica e fiscal	-	-	(3.274)	(2.473)	-	-	(800)	(1.063)
	<u>19.416</u>	<u>16.728</u>	<u>(4.319)</u>	<u>(3.567)</u>		<u>(15.314)</u>	<u>(226)</u>	<u>(11.290)</u>
(**) Compensação	<u>(6.480)</u>	<u>(3.567)</u>	<u>4.319</u>	<u>3.567</u>		<u>(15.314)</u>		
Líquido	<u>12.936</u>	<u>13.161</u>						

(*) Refere-se ao montante utilizado no Programa de Quitação Antecipada de Transações e Inscrições da Dívida Ativa da União da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - QuitaPGFN.

(**) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Os ativos diferidos de imposto de renda decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

d. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas da despesa do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.330	118.683
Adições (exclusões) permanentes, líquidas (i)	(36.880)	967
	<u>5.450</u>	<u>119.650</u>
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota efetiva	(1.853)	(40.681)
Outros ajustes	<u>-</u>	<u>531</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado no exercício	(1.853)	(40.150)
Taxa efetiva	4%	34%
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - Corrente	(1.627)	(28.860)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - Diferido	<u>(226)</u>	<u>(11.290)</u>

(i) Natureza da exclusão conforme materialidade do Saldo

Adições	2023	2022
Multas por infração à legislação fiscal	372	9
Contribuições não compulsórias	107	96
Brindes	50	39
Doações	98	19
Benefícios indiretos a administradores	23	48
Perdas por obsolescência e descontinuidade no estoque	2.795	-
Despesas não recorrentes	153	-
Resultado decorrente de invest. avaliados pela equiv. Patrimonial	(22)	60
Juros sobre Capital Próprio	(5.811)	(1.233)
Reintegra	-	(190)
Ajuste Incentivo fiscal - pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei 11.196/05, art. 19, § 1º) de 2022 com reflexo em 2023	(13.429)	-
(-) Incentivo fiscal - pesquisas tecnológicas e desenvolvimento de inovação tecnológica (Lei 11.196/05, art. 19, § 1º) de 2023	(21.216)	-
Outras Adições	-	2.117
	<u>(36.880)</u>	<u>967</u>

Lei do Bem

No ano de 2023 a Companhia utilizou o benefício fiscal, a Lei n.º 11.196, de 21 de novembro de 2005, conhecida como “Lei do Bem”, em seu Capítulo III, regulamentado pelo Decreto n.º 5.798, de 7 de junho de 2006, criando benefícios fiscais à inovação tecnológica, dentre os quais destacam-se:

- dedução, na apuração do Imposto de Renda devido, dos dispêndios com P&D, inclusive aqueles com instituições de pesquisa, universidades ou inventores independentes; e
- exclusão, na determinação do lucro real para cálculo do IRPJ e da base de cálculo da CSLL, do valor correspondente a até 60% da soma dos dispêndios efetuados com P&D. Este percentual poderá atingir 80% em função do acréscimo de até 20% no número de empregados que forem contratados exclusivamente para atividades de P&D.

Segue abaixo o quadro de levantamento dos gastos com P&D gerados em 2022 e 2023:

Despesas com P&D				
	Mão de Obra	Serviços	Materiais	Total
2022	10.031	3.659	2.688	16.378
2023	9.432	4.656	12.432	26.520

O montante total de benefícios foi de R\$ 11.994, sendo R\$ 4.781 retroativos ao exercício 2022 e R\$ 7.213 referentes ao exercício 2023, representando uma contribuição expressiva para o lucro líquido do exercício.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais em 31 de dezembro de 2023 no valor nominal de R\$ 19,6394 cada uma, pertencentes aos seguintes acionistas:

	2023				2022			
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Totais	%	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Ações Totais	%
Patrícia R. M. Crivelenti	405.592	414.442	820.034	44,49	405.592	414.442	820.034	44,49
Fabrcio Rosa de Moraes	405.592	-	405.592	22,00	405.592	-	405.592	22,00
FRM e Filhos Participações Ltda	-	414.442	414.442	22,49	-	414.442	414.442	22,49
Cabemil	27.253	92.729	119.982	6,51	27.143	92.729	119.872	6,50
Outros acionistas	83.176	-	83.176	4,51	83.176	-	83.176	4,51
Ações em tesouraria	-	-	-	0,00	110	-	110	0,01
Total	921.613	921.613	1.843.226	100,00	921.613	921.613	1.843.226	100,00

Em 18 de agosto de 2022, o Sr. Fabricio Rosa de Moraes transferiu a totalidade de suas ações preferenciais (414.442) à empresa FRM e Filhos Participações Ltda.

Em 14 de dezembro de 2023 a acionista Cabemil adquiriu as ações em tesouraria.

b. Dividendos obrigatórios

Conforme determinado no Estatuto Social:

- (i) Do montante do lucro líquido apurado ao final de cada exercício, 25% será destinado aos acionistas (dividendo obrigatório) e constituição de reserva legal;
- (ii) Em Assembleia Geral Ordinária, os acionistas poderão deliberar, por unanimidade, pela distribuição de dividendos em porcentagem inferior a fixada ou mesmo deixar de distribuí-los; e
- (iii) A constituição e pagamento de Juros sobre o capital próprio – JCP, que foi distribuído trimestralmente em 31 de março, 30 de junho e 22 de dezembro de 2023 no montante de R\$ 5.811 (R\$ 1.233 em 2022), será imputado totalmente ao valor do dividendo obrigatório.

	2023	2022
Resultado do exercício	40.477	78.533
Absorção de prejuízos acumulados de anos anteriores	-	(18.047)
Realização da reserva de reavaliação	95	95
Base de cálculo	<u>40.572</u>	<u>60.581</u>
Reserva legal – 5%	(2.029)	(3.029)
Base de cálculo – Dividendos	<u>38.544</u>	<u>57.552</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – 25 %	9.636	14.388
(-) Juros sobre capital próprio já distribuídos	(5.811)	(1.233)
Dividendos mínimos obrigatórios a distribuir	3.825	13.155

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Corresponde ao saldo da mais valia dos principais grupos de bens do ativo imobilizado (Nota explicativa nº 15). A referida “reserva” está registrada líquida dos efeitos tributários, e será realizada apenas por ocasião das depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens que receberam mais valia de custo atribuído, quando os montantes apurados da realização serão transferidos para lucros acumulados.

25 Receita operacional líquida

	2023	2022
Receita de venda de equipamentos agrícolas e peças fundidas para terceiros	521.655	742.964
Receita de venda de peças de reposição e acessórios	28.312	50.777
Receita de serviços	1.553	2.139
Devoluções	(91.792)	(65.252)
PIS	(4.412)	(7.478)
Cofins	(21.066)	(35.768)
ICMS	(21.456)	(36.897)
	412.794	650.485
	412.794	650.485

26 Custos das vendas e serviços

	2023	2022
Consumo de materiais	181.847	298.868
Custo com pessoal	36.789	41.974
Custo ociosidade produtiva com pessoal	11.059	8.723
Custos de depreciação de bens	4.632	4.103
Energia elétrica	4.022	5.367
Industrialização sobre encomenda (ISE)	3.623	7.956
Custo com manutenção	4.967	5.641
Serviços de terceiros	3.393	3.971
Aluguéis e arrendamentos	477	180
Custo com logística operacional	1.087	496
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	14	2
Outros	5.845	6.697
	257.755	383.978
	257.755	383.978

27 Despesas por natureza

	2023	2022
Despesas com pessoal	25.131	22.265
Comissões sobre vendas	21.763	39.723
Impostos, taxas e multas	2.255	4.946
Viagens e representações	4.169	5.137
Fretes	6.382	6.186
Depreciação e amortização	2.315	2.210
Manutenções	2.236	1.695
Serviços de terceiros	11.283	13.507
Provisões e reversões	910	(1.661)
Publicidade e propaganda	3.972	2.838
Arrendamentos	1.990	719
Assistência técnica e garantia	184	305
Perdas por obsolescência e descontinuidade no estoque	2.795	2.053
Seguros	182	111
Outras	6.780	8.111
	92.347	108.145
	92.347	108.145
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	(34.609)	(28.766)
Despesas com vendas	(57.738)	(79.379)
	(92.347)	(108.145)
	(92.347)	(108.145)

28 Outras receitas operacionais, líquidas

	2023	2022
Recuperação de despesas (i)	955	904
Resultado na venda de imobilizado	594	574
Recuperação de impostos	-	190
SICOOB - Integralização de rateio (Receita)	36	36
Outros	60	345
	<u>1.645</u>	<u>2.049</u>

- (i) Refere-se, substancialmente, a recuperação de créditos de ICMS sobre importações e reembolso de despesas a empregados.

29 Receitas financeiras

	2023	2022
Variação cambial	5.649	4.371
Descontos obtidos	311	489
Rendimento de aplicação financeira	172	489
Receita sobre investimentos temporários	572	351
Outros	835	394
	<u>7.539</u>	<u>6.094</u>

30 Despesas financeiras

	2023	2022
Juros sobre empréstimos bancários	8.918	5.180
Juros sobre debêntures	7.021	8.329
Juros sobre duplicatas descontadas e contribuições e impostos	2.691	26.146
Despesas bancárias diversas	594	315
Variação cambial	6.046	5.093
Outros	4.298	2.699
	<u>29.568</u>	<u>47.762</u>

31 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2023								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Títulos e valores mobiliários	533	-	-	533	-	533	-	533
Total	533	-	-	533	-	533	-	533
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.236	-	4.236	-	-	-	-
Contas a receber	-	105.729	-	105.729	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	6.992	-	6.992	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	6.898	-	6.898	-	-	-	-
Total	-	123.855	-	123.855	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	69.085	69.085	-	69.085	-	69.085
Debêntures	-	-	39.495	39.495	-	39.495	-	39.495
Total	-	-	108.580	108.580	-	108.580	-	108.580
Outros passivos financeiros								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	20.011	20.011	-	-	-	-

	Valor contábil			Valor justo				
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2022								
Ativos financeiros mensurados ao valor justo								
Títulos e valores mobiliários	477	-	-	477	-	477	-	477
Total	477	-	-	477	-	477	-	477
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	27.427	-	27.427	-	-	-	-
Contas a receber	-	71.447	-	71.447	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	11.081	-	11.081	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	5.674	-	5.674	-	-	-	-
Total	-	115.629	-	115.629	-	-	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo								
Empréstimos e financiamentos	-	-	44.910	44.910	-	44.910	-	44.910
Debêntures	-	-	49.884	49.884	-	49.884	-	49.884
Total	-	-	94.794	94.794	-	94.794	-	94.794
Outros passivos financeiros								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	21.262	21.262	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

(iii) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(iv) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos comitês de crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária e não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

O risco de crédito das contas a receber advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Todos clientes são monitorados via SERASA e, em

caso de restrições o limite de crédito é suspenso até regularização. Em casos de vendas a prazo é adotado procedimento de emissão de Contrato de Compra e Venda com Reserva de Domínio.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	4.236	27.427
Títulos e valores mobiliários	533	477
Contas a receber de clientes	105.729	71.447
Demais contas a receber	6.898	5.674
Empréstimos com partes relacionadas	6.992	11.081
	<u>124.388</u>	<u>116.106</u>
Circulante	(112.335)	(102.647)
Não circulante	12.053	13.459

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes da Companhia na data das demonstrações financeiras foi a seguinte:

	2023	2022
A vencer	92.085	63.990
Vencidas até 30 dias	4.296	1.956
Vencidas de 31 a 60 dias	3.275	1.155
Vencidas de 61 a 90 dias	2.898	554
Vencidas de 91 a 180 dias	2.538	1.275
Vencidas de 181 a 365 dias	820	2.716
Vencidas a mais de 365 dias	2.379	941
	<u>108.291</u>	<u>72.587</u>

Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses valores não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor provisionado.

	2023	2022
Em 1º de janeiro	1.140	3.036
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(108)	(2.830)
Complemento de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	1.530	934
	<u>2.562</u>	<u>1.140</u>
Em 31 de dezembro	<u>2.562</u>	<u>1.140</u>

A Companhia passou a adotar o critério de provisionar seus recebíveis vencidos e a vencer de acordo com o CPC 48.

Foram analisados os valores recebidos dos últimos 5 anos para se encontrar as taxas médias de recebimento dos recebíveis vencidos de acordo com a idade e utilizado a média dessas taxas para efetuar a provisão para perdas de crédito esperadas.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que, conforme indicado acima, a provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

(v) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	2023					
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 3 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	20.011	20.011	18.027	1.984	-	-
Empréstimos e financiamentos	69.085	74.458	62.000	10.634	1.823	-
Debêntures	39.495	50.303	15.234	35.069	-	-
	128.591	144.772	95.261	47.687	1.823	-
Circulante	(86.360)	(95.261)	95.261	-	-	-
Não circulante	42.231	49.511	-	47.687	1.823	-
	2022					
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	21.262	21.262	18.272	2.990	-	-
Empréstimos e financiamentos	44.910	51.142	28.754	19.023	3.071	294
Debêntures	44.884	71.855	15.856	27.634	28.365	-
	116.056	144.259	62.882	49.647	31.436	294
Circulante	(52.006)	(64.486)	62.882	-	-	-
Não circulante	64.050	79.773	-	49.647	31.436	294

(vi) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de matéria prima, e a venda de produtos. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia não contratou operações relativas a instrumentos financeiros como *hedge* para tais fins. Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023 compreendem unicamente operações em dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

		2023		2022	
	Nota	R\$	US\$ (mil)	R\$	US\$ (mil)
Ativo					
Contas a receber de clientes	10	16.635	3.437	14.270	2.604
Total		16.635	3.437	14.270	2.604
		2023		2022	
	Nota	R\$	US\$ (mil)	R\$	US\$ (mil)
Passivo					
Empréstimos e financiamentos US\$	18.a	40.302	8.327	262	48
Total		40.302	8.327	262	48

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adota três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia.

O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente.

A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2023, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Exposição em 2023 R\$	Risco	Câmbio médio	Exposição em 2023 US\$ (mil)	Redução em		Elevação em	
					-50%	-25%	50%	25%
Ativo								
Contas a receber	16.635	Câmbio	4,84	3.437	(8.318)	(4.159)	8.318	4.159
Total	16.635			3.437	(8.318)	(4.159)	8.318	4.159
Passivos								
Empréstimos e financiamentos US\$	40.302	Câmbio	4,84	8.327	(20.151)	(10.076)	20.151	10.076
Total	40.302			8.327	(20.151)	(10.076)	20.151	10.076
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido					(28.469)	(14.235)	28.469	14.235

	Exposição em 2022 R\$	Risco	Câmbio médio	Exposição em 2022 US\$ (mil)	Redução em		Elevação em	
					-50%	-25%	50%	25%
Ativo								
Contas a receber	14.270	Câmbio	5,48	2.604	(7.135)	(3.568)	7.135	3.568
Total	14.270			2.604	(7.135)	(3.568)	7.135	3.568
Passivos								
Empréstimos e financiamentos US\$	262	Câmbio	5,48	48	(131)	(65)	131	65
Total	262			48	(131)	(65)	131	65
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido					(7.266)	(3.633)	7.266	3.663

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia eram:

	2023	2022
Ativo financeiros		
Aplicações financeiras	1.837	20.309
Títulos e valores mobiliários	533	477
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	69.085	44.910
Debêntures a pagar	39.495	49.884

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentadas nas tabelas a seguir:

	Exposição 31/12/2023	Risco	Cenários									
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações												
Caixa equivalentes caixa	1.837	CDI	11,65	214	14,56	267	17,48	321	8,74	161	5,83	107
Títulos e valores imobiliários	533	CDI	11,65	62	14,56	78	17,48	93	8,74	47	5,83	31
Total dos ativos financeiros	2.370			276		345		414		208		138
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos												
Capital de giro	(24.006)	CDI	11,65	(2.797)	14,56	(3.495)	17,48	(4.197)	8,74	(2.098)	5,83	(1.401)
Capital fixo	(1.277)	TJLP	6,55	(84)	8,19	(105)	9,83	(126)	4,91	(63)	3,28	(42)
Debêntures	(39.495)	CDI	11,65	(4.601)	14,56	(5.750)	17,48	(6.904)	8,74	(3.452)	5,83	(2.303)
Total dos passivos financeiros	(64.778)			(7.482)		(9.350)		(11.227)		(5.613)		(3.746)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(7.206)		(1.799)		(3.607)		1.801		3.598

Fonte: As informações do CDI e TJLP, foram extraídas do site do Banco Central, todas essas com a data-base do último dia útil de dezembro de 2023.

	Exposição 31/12/2022	Risco	Cenários									
			Provável		Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações												
Caixa equivalentes caixa	20.309	CDI	13,25	2.691	16,56	3.363	19,88	4.037	9,94	2.019	6,63	1.346
Títulos e valores imobiliários	477	CDI	13,25	63	16,56	79	19,88	95	9,94	47	6,63	32
Total dos ativos financeiros	20.786			2.754		3.442		4.132		2.066		1.378
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos												
Capital de giro	(36.329)	CDI	13,25	(4.814)	16,56	(6.016)	19,88	(7.223)	9,94	(3.611)	6,63	(2.410)
Capital fixo	(4.789)	TJLP	7,20	(345)	9,00	(431)	10,80	(517)	5,40	(259)	3,60	(172)
Debêntures	(49.884)	CDI	13,25	(6.610)	16,56	8.261)	19,88	(9.917)	9,94	(4.959)	6,63	(3.307)
Total dos passivos financeiros	(91.002)			(11.769)		(14.708)		(17.657)		(8.829)		(5.889)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(9.015)		(2.251)		(4.510)		2.252		4.504

Fonte: As informações do CDI e TJLP, foram extraídas do site do Banco Central, todas essas com a data-base do último dia útil de dezembro de 2023.

32 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2023	2022
Gestão do capital		
Total do passivo	184.901	197.746
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(4.236)</u>	<u>(27.427)</u>
(=) Dívida líquida (a)	<u>180.665</u>	<u>170.319</u>
Total do patrimônio líquido (b)	<u>115.357</u>	<u>84.516</u>
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (a/b)	<u>1,57</u>	<u>2,02</u>

33 Eventos Subsequentes

(i) Durante os meses de janeiro, fevereiro e março de 2024 a Companhia realizou novas operações de empréstimos de capital de giro totalizando R\$ 46.000, resumidas abaixo:

R\$ 26.000, junto ao Banco Bradesco, com vencimento 03/01/2029 e taxa 2,65% a.a. + CDI

R\$ 15.000, junto ao Banco Itaú BBA, com vencimento 04/03/2027 e taxa 2,50% a.a. + CDI

R\$ 2.500, junto ao Banco Fibra, com vencimento 28/08/2026 e taxa 2,50% a.a. + CDI

R\$ 2.500, junto ao Banco Sicredi, com vencimento 01/03/2027 e taxa 2,70% a.a. + CDI

(ii) Diante da atual retração mercadológica no setor do agronegócio nacional, e a consequente redução drástica da venda de máquinas e implementos agrícolas desde o 2º semestre de 2023, a Companhia apresentou em 15/03/2024, proposta de *Lay Off* e Redução de Jornada e Salário pelo período de 04 meses, as quais, foram apresentadas aos colaboradores da Companhia no dia 17/03/2024 e aprovada na mesma data. Tais medidas irão auxiliar a Companhia a passar por este momento temporário de retração mercadológica e preservação dos contratos de trabalho dos colaboradores.

(iii) A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional realizou a fiscalização do saldo devedor e remanescente do programa QuitaPGFN totalizando R\$ 15.325, sendo que R\$ 15.314 foi utilizado para amortização da dívida previdenciária, restando somente um saldo de cerca de R\$ 11 que foi devidamente recolhido.

Fábio Chencchi Côrreia
Diretor Presidente

Marcelo Di Lello
Contador - CRC 1 SP-326320/O-6